

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL
CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR**

PROCESSO Nº 0009132-62.2019.8.16.0174

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ
nº 62.232.889/0001-90, com sede na Av. Paulista, 1793, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP,
por seus advogados, vem apresentar

CONTESTAÇÃO

à ação que lhe move **SIMONE GONÇALVES DE OLIVEIRA**, já qualificada nos autos do
processo, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

DOS FATOS

Alega a parte autora que teria contraído empréstimos consignados com
diversos bancos, mas o banco réu teria realizado um cartão de crédito consignado com
RMC, sem a sua anuência.

Requer, em síntese:

- Declaração de nulidade dos contratos;
- Devolução em dobro dos valores descontados;
- Indenização por danos morais.

Conforme a documentação anexa, os contratos contra os quais se insurge a



inicial foram regularmente firmados e cumpridos fielmente pelo Réu, com a anuência da parte autora, razão pela qual a ação deve ser julgada improcedente.

DO MÉRITO

DO CONTRATO CELEBRADO

No caso em tela, a parte autora é titular de benefício junto ao INSS, no qual contraiu empréstimos consignados com outros bancos e, especificamente com o Banco Daycoval, o seguinte **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO** em folha de pagamento, objeto da ação, conforme segue:

Contrato 52-0161683001/16

Data: 23/02/2016

Valores pedidos e recebidos pela parte autora:

Pré-saque, no valor de **R\$ 1.329,00**, pagos através de TED, em 14/03/2016, na conta bancária da parte autora (**COMPROVANTE ANEXO**).

Pré-saque, no valor de **R\$ 315,00**, pagos através de TED, em 22/11/2019, na conta bancária da parte autora (**COMPROVANTE ANEXO**).

Desbloqueio: 12/12/2017 (**GRAVAÇÃO ANEXA**)

Compras: cartão utilizado para compras e despesas pessoais (**FATURAS ANEXAS**).

DIFERENTEMENTE DO QUE ALEGA, A PARTE AUTORA SEMPRE ESTEVE CIENTE DA CONTRATAÇÃO REALIZADA, PORQUE EM GRAVAÇÃO DE ÁUDIO SOLICITOU O DESBLOQUEIO DO CARTÃO:



A gravação referida está disponível no link abaixo, bastando clicar no ícone para acessá-lo, bem como será juntada ao processo:

Link do áudio compartilhado via Google Drive:



https://drive.google.com/open?id=1Ey6M_3HSjjjXSrc-OwUjjXRg76G-Rpwc

- ✓ **A PARTE AUTORA LIGOU PARA A CENTRAL DE ATENDIMENTO DO BANCO DAYCOVAL;**
- ✓ **A PARTE AUTORA PEDIU A SENHA DO CARTÃO;**
- ✓ **A PARTE AUTORA CONFIRMA SUAS INFORMAÇÕES PESSOAIS;**

Ante o exposto, **REQUER, DESDE JÁ, SEJA AUTORIZADA A EXECUÇÃO DA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO**, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa.

Evidente que todo procedimento de formalização da operação, condições de pagamento e valores, foi submetido à parte autora, que esteve ciente e de acordo, tendo assinado o contrato, sem qualquer avença a respeito de parcelamento de dívida, mas sim **a averbação de 5% da margem consignada** para pagamento do cartão de crédito, nos termos da legislação aplicável à matéria, conforme se verá adiante:



ADESÃO

1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.

2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir reserva de margem consignável de até 5% (cinco) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.823/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador.

Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

Local e Data: União da Vitória/PR, 14/03/2016

Simone Gonçalves de Oliveira
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

Além de constar EXPRESSAMENTE a cláusula de Autorização para Reserva de Margem, nos contratos assinados pela parte autora está escrito em caixa alta "TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL":

BancoDaycoval

TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL

CONTRATO Nº 52-0161683001/16



NÃO HÁ, PORTANTO, QUE SE FALAR EM FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO BANCO, VÍCIO DE CONSENTIMENTO, OU MESMO DE FALHA NA INFORMAÇÃO, HAJA VISTA QUE OS DADOS QUE PERMITEM EXTRAIR A NATUREZA DO CONTRATO CONSTAM DE FORMA DESTACADA NOS DOCUMENTOS EM QUE A AUTORA APÓS SEU ACEITE.

Toda documentação apresentada visa destacar o tipo de produto que está



aderindo bem como assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas sobre suas características, respeitando expressamente o disposto no artigo 31 do CDC.

No item 03 (v), a parte autora declara ciência de que mensalmente será consignado em sua remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do cartão, obrigando-se a utilizar a fatura para pagamento integral do débito que exceder o valor consignável, se assim desejar.

renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer

Perceba, Excelência, que a parte **AUTORA SOLICITOU DESBLOQUEIO DO PLÁSTICO ATRAVÉS DE GRAVAÇÃO DE ÁUDIO, UTILIZOU O PLÁSTICO PARA COMPRAS E DESPESAS PESSOAIS E PAGOU FATURAS ALÉM DO MÍNIMO**, conforme demonstram os documentos anexos.

Assim, não há falar em incidência da Súmula 532 do STJ, pois, conforme fica claro na documentação anexa, a parte autora solicitou a emissão do cartão de crédito, bem como os saques disponibilizados, tanto que recebeu os valores em sua conta bancária.

Ou seja, não há qualquer irregularidade na contratação realizada entre as partes.

DA AUSÊNCIA DE MARGEM PARA CONTRATAR “EMPRÉSTIMO CONSIGNADO”

Embora a parte autora alegue na inicial teria sido enganada, eis que desejava contratar empréstimo na modalidade “consignado”, deixa de informar que **NÃO POSSUÍA MARGEM SUFICIENTE PARA CONTRATAR “EMPRÉSTIMO CONSIGNADO”**.



CONFORME SE PODE OBSERVAR DO EXTRATO DE PAGAMENTO DO INSS, APRESENTADO NA INICIAL, A BASE DE CÁLCULO PARA MARGEM CONSIGNÁVEL É DE **R\$ 1.292,63**.

OU SEJA, ESTAVA COMPROMETIDA COM OS EMPRÉSTIMOS ANTERIORES, RESTANDO, APENAS, **R\$ 0,05** DE MARGEM DISPONÍVEL PARA EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.

Senão vejamos:

Número do benefício: 1380504365

Nome do segurado: SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA

Espécie: 21-PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA

Pagamento através de: CONTA-CORRENTE

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador: NÃO

Pensão alimentícia: NÃO

Bloqueado para empréstimo: NÃO

Valor da MR: R\$ 1.292,63 Valor referente ao pagamento da competência 07/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 1.292,63

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 0,05 0,0 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 0,00 0,0 %

ASSIM, A PARTE AUTORA NÃO POSSUÍA MARGEM PARA CONTRATAR EMPRÉSTIMO NA MODALIDADE CONSIGNADO; **MESMO QUE DESEJASSE OBTER EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, NÃO POSSUÍA MARGEM PARA FIRMÁ-LO.**

A ÚNICA POSSIBILIDADE PARA LIBERAÇÃO DE VALORES SERIA A CONTRATAÇÃO DA MODALIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, O QUE FOI CONTRATADO PELA PARTE AUTORA E DEVIDAMENTE FORMALIZADO ENTRE AS PARTES.

Nesse sentido, recentes decisões julgaram de acordo com o exposto acima:



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO BANCO RÉU. CASA BANCÁRIA QUE DEFENDE A LEGALIDADE DO CONTRATO FIRMADO. EXPRESSA PACTUAÇÃO E ANUÊNCIA. TESE ACOLHIDA. **NOVO ENTENDIMENTO DESTA CÂMARA ACERCA DO TEMA.** CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUTORIZADO PELO ART. 6º, §5º, II, DA LEI N. 10.820/2003 E DO ART. 3º, §1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSS N. 28/2008. **CASO CONCRETO EM QUE A PARTE TEVE CIÊNCIA DA OPERAÇÃO, JÁ QUE, À ÉPOCA DA CELEBRAÇÃO DA AVENÇA, NÃO POSSUÍA MARGEM CONSIGNÁVEL DISPONÍVEL. RENDA JÁ COMPROMETIDA EM 29,42%. VALENDO-SE, ENTÃO, DO LIMITE ADICIONAL DE 5% (CINCO POR CENTO), DISPONIBILIZADO PARA USO DO CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE.** SENTENÇA REFORMADA. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. SUSPENSA A EXIGIBILIDADE POR SER O APELADO BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA (ART. 98, § 3º, DO CPC). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0300952-90.2019.8.24.0002, de Anchieta, rel. Des. Carlos Adilson Silva, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. 05-03-2020)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. INSURGÊNCIA DO RÉU. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3 DO STJ. APLICAÇÃO. RECURSO REGIDO PELO CPC/2015. ALEGADA REGULARIDADE E VALIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO VIA CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC).

CONSUMIDOR QUE AO TEMPO DA CONTRATAÇÃO NÃO POSSUÍA MARGEM CONSIGNÁVEL PARA EMPRÉSTIMO "COMUM". OBTENÇÃO DE



**EMPRÉSTIMO POSSÍVEL APENAS VIA SAQUE EM CARTÃO DE CRÉDITO
COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUSÊNCIA DE VÍCIO
DE CONSENTIMENTO. LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO E DOS
DESCONTOS. SENTENÇA REFORMADA. INVERSÃO DO ÔNUS
SUCUMBENCIAL. SUSPENSÃO A EXIGIBILIDADE POR SER A APELADA
BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA (ART. 98, § 3º, DO CPC). RECURSO
CONHECIDO E PROVIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.
DESCABIMENTO.**

(TJSC, Apelação Cível n. 0300514-98.2018.8.24.0002, de Anchieta, rel. Des.
Salim Schead dos Santos, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. 07-11-
2019)

DAS PROVAS CONSTANTES NOS AUTOS

A AUTORA SOLICITOU O DESBLOQUEIO DO CARTÃO, CONFORME
GRAVAÇÃO DE ÁUDIO ANEXA.

Embora alegue na inicial que não teria anuído com a contratação do cartão
de crédito, a autora **DESBLOQUEOU** o cartão e **UTILIZOU O PLÁSTICO PARA DIVERSAS
COMPRAS E DESPESAS PESSOAIS.**

Vide, por exemplo, algumas faturas com utilizações:

enção: verifique se houve o
sc. na sua folha de
gamento, caso contrário
ilize o boleto abaixo para
gamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 1.191,11

Vencimento
10/01/2018

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
Simone G Oliveira - Cartão Final: 9012			
07/12/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		2,91
10/12/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		57,44-
19/12/2017	TAXA EMISSAO CARTAO 02/03		5,00
20/12/2017	MERCADO ORLANDO .UNIA		33,92
21/12/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		36,28



enção: verifique se houve o sc. na sua folha de gamento, caso contrário ilize o boleto abaixo para gamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 1.391,94

Vencimento
10/02/2018

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
Simone G Oliveira - Cartão Final: 9012			
21/12/2017	MERCADO ORLANDO .UNIA		9,49
22/12/2017	SACOLAO MARECHAL .UNIA		8,55
22/12/2017	23760860000129 .UNIA		11,00
23/12/2017	LOJAO DO KEIMAPARC01/04		46,25
23/12/2017	MAIS ECONOMICAPARC01/02		25,98
23/12/2017	ENCANTU S PRESPARC01/02		42,50
23/12/2017	ROBERTO CARLOS STANG .UNIA		39,00
29/12/2017	MERCADO ORLANDO .UNIA		8,62
08/01/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		2,96
10/01/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		57,44-
15/01/2018	TAXA EMISSAO CARTAO 03/03		5,00
18/01/2018	23760860000129 .UNIA		11,00
19/01/2018	23760860000129 .UNIA		11,00
22/01/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		1,05
22/01/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		35,87

enção: verifique se houve o sc. na sua folha de gamento, caso contrário ilize o boleto abaixo para gamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 1.502,22

Vencimento
10/03/2018

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
Simone G Oliveira - Cartão Final: 9012			
23/12/2017	LOJAO DO KEIMAPARC02/04		46,23
23/12/2017	ENCANTU S PRESPARC02/02		42,50
23/12/2017	MAIS ECONOMICAPARC02/02		25,98
22/01/2018	23760860000129 .UNIA		11,00
07/02/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		2,98
07/02/2018	IOF ADICIONAL ROTATIVO		0,07
10/02/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		57,44-
20/02/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		6,92
20/02/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		32,04

enção: verifique se houve o sc. na sua folha de gamento, caso contrário ilize o boleto abaixo para gamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 1.541,36

Vencimento
10/04/2018

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
Simone G Oliveira - Cartão Final: 9012			
23/12/2017	LOJAO DO KEIMAPARC03/04		46,23
07/03/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		3,03
07/03/2018	IOF ADICIONAL ROTATIVO		0,76
10/03/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		57,44-
21/03/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		11,56
21/03/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		35,00



enção: verifique se houve o sc. na sua folha de gamento, caso contrário ilize o boleto abaixo para gamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 1.580,52

Vencimento
10/05/2018

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
Simone G Oliveira - Cartão Final: 9012			
23/12/2017	LOJAO DO KEIMAPARC04/04		46,23
08/04/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		3,73
08/04/2018	IOF ADICIONAL ROTATIVO		0,41
10/04/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		57,44-
22/04/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		12,57
22/04/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		33,66

ORA, EXCELÊNCIA, A AUTORA UTILIZOU O CARTÃO PARA COMPRAS E DESPESAS PESSOAIS E AJUÍZA A PRESENTE AÇÃO, DIZENDO QUE FOI ENGANADA E QUE NÃO SABIA QUE SE TRATAVA DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO?!?!?

Isso é um absurdo!!!

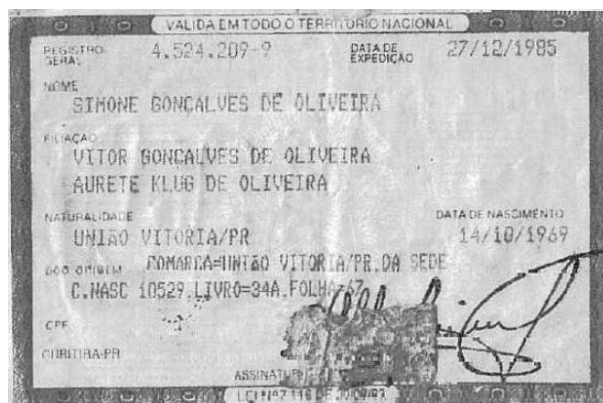
Perfectibilizada, portanto, a função precípua do Cartão, qual seja: **utilização do plástico para compras e despesas pessoais e pagamento de faturas, além do mínimo legal descontado em folha!!!**

O banco réu traz aos autos cópia do “Termo de Adesão para Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado” firmado entre as partes, com assinatura **IDÊNTICA** à assinatura da procuração, não havendo qualquer dúvida quanto à autenticidade da assinatura, pois **IDÊNTICAS** entre si.

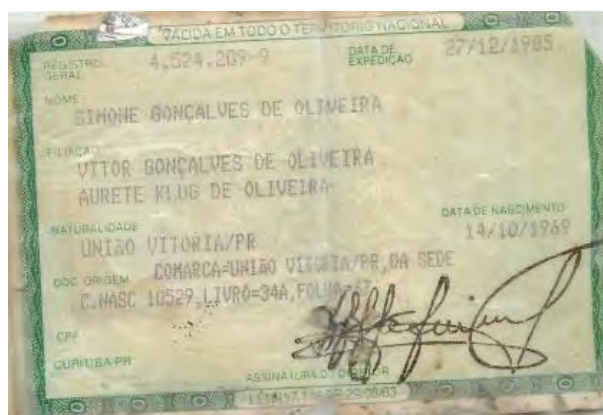
A identidade juntada na inicial e o endereço informado na inicial são os mesmos informados ao banco réu no momento da contratação:

IDENTIDADE NA CONTRATAÇÃO





IDENTIDADE JUNTADA AOS AUTOS



ENDEREÇO NA CONTRATAÇÃO

SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA
ROD JOAO PAULO REOLON, 2475
CEP: 84600000 **UNIAO DA VITORIA - PR**
CPF: 02123377937

ENDEREÇO INFORMADO NOS AUTOS

SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA
ROD JOAO PAULO REOLON, 2475
CEP: 84602000 **UNIAO DA VITORIA - PR**
CPF: 02123377937

No documento “Solicitação e Autorização de Saque via Cartão de Crédito Consignado”, a autora AUTORIZOU a transferência de parte do limite do Cartão de Crédito para conta corrente de sua titularidade:



BancoDaycoval

SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA

CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta:	
024.233.779-37	Simone Gonçalves de Oliveira	161683	
Empregador:	Matrícula:		
INSS	4380504365		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
Banco Santander	0033	00296	004005779-3
<p>Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretirável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.</p> <p>Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;</p> <p>Valor do Saque*: R\$ <u>1.329,00</u> (_____).</p> <p>Taxa de Juros: <u>3,36</u> % a.m. Taxa de Juros: <u>49,49</u> % a.a. IOF Diário: <u>0,0092</u> % a.d. IOF Adicional: <u>0,38</u> %</p> <p>Tarifa: R\$ <u>15,00</u> CET: <u>4,04</u> % a.m. CET: <u>60,90</u> % a.a.</p> <p>(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.</p>			

Local e Data: União da Vitória/PR, 14/03/2016

Simone Gonçalves de Oliveira
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA



Banco Daycoval

SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

DADOS DO TITULAR	
CPF: 021.233.44.32	Nome: Simone Gonçalves de Oliveira
Empregador: JN35	Nº Cartão/Proposta: 489.600
	Matrícula: 1380504365
DADOS BANCÁRIOS	
Nome do Banco: Banco Bradesco do Brasil	Nº do Banco: 156
Nº Agência: 6044	Conta-Corrente: 623.996-0

Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu Cartão Consignado Daycoval, para a Conta Bancária da minha titularidade acima indicada.

Declaro: (a) ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, com o valor estimado do saque; (b) que recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa e percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data; e (c) que o valor do saque será pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento.

Valor do Saque: R\$ 315,00

Taxa de Juros: 3,00 % a.m. Taxa de Juros: 9,25 % a.a. IOF Diário: 0,0002 % a.d. IOF Adicional: 0,34 %

Tarifa: R\$ 0,00 CET: 5,66 % a.m. CET: 53,58 % a.a.

(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Declaro, para os devidos fins de direito, estar ciente de que o pagamento da fatura do cartão de crédito deve ocorrer em valor integral, constituindo o pagamento por consignação apenas o valor mínimo da fatura. O não pagamento integral da fatura do cartão de crédito gera encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, incidentes sobre o valor não pago. Esse percentual é inferior ao cartão de crédito convencional.

Declaro ainda ciência de que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.

União da Vitória, 18/11/2019
Local e Data:

Simone Gonçalves de Oliveira
ASSINATURA PORTADOR TITULAR: ASSINATURA

Assim, o banco réu junta aos autos o comprovante do crédito efetivado na conta bancária de titularidade da parte autora, nos valores de **R\$ 1.329,00** e **R\$ 315,00**:



BancoDaycoval

Comprovante de TED

Evento: PAG0143 Código da Mensagem: PAG20160314003972157 Status: Efetivada
Valor: 1.329,00 Data do Movimento: 14/03/2016

ISPB IF Remetente:	82232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	82.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA
CPF do Favorecido:	021.233.779-37
Banco Creditado:	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Agência Creditada:	01296
Conta Creditada:	001005779 - 3
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	14/03/2016
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

BancoDaycoval

Comprovante de TED

Evento: PAG0143 Código da Mensagem: PAG20191122012281678 Status: Efetivada
Valor: 315,00 Data do Movimento: 22/11/2019

ISPB IF Remetente:	82232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	82.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA
CPF do Favorecido:	021.233.779-37
Banco Creditado:	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.
Agência Creditada:	08044
Conta Creditada:	823996 - 0
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	22/11/2019
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

SE AGISSE DE BOA-FÉ, A PARTE AUTORA DEVERIA, NO MÍNIMO, SE DISPÔR
A DEVOLVER OS VALORES RECEBIDOS.

Por fim, destaca-se que a inicial foi distribuída em OUTUBRO/2019, sendo



que a contratação data de MARÇO/2016, ou seja, a parte autora demorou mais de 3 (três) anos para se insurgir contra o contrato, o que é, no mínimo, estranho e incongruente.

DOS JUROS APLICADOS NO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Embora tenha a autora ingressado com ação requerendo a declaração e inexistência da operação, como menciona em sua peça inaugural que a taxa de juros seria abusiva, convém prestarmos alguns esclarecimentos.

Primeiramente, importante referir que a taxa de juros praticada, bem como a disponibilização de limite de crédito, no Cartão de Crédito Consignado **é limitada e determinada por cada órgão conveniado.**

O BANCO NÃO IMPÕE AO CONSUMIDOR A TAXA E OS LIMITES CONFORME SUA VONTADE, AO CONTRÁRIO, O BANCO ACOMPANHA AS TAXAS INDICADAS PELO ÓRGÃO AO QUAL O SERVIDOR/PENSIONISTA ESTÁ ATRELADO.

No caso em questão, o INSS, através da IN28, art. 16, inciso II, dispunha que o limite máximo de comprometimento era de até duas vezes o valor da renda mensal do benefício, tendo sido alterada pela Resolução 1.333/2017, a qual, reduziu este limite para 1,4 vezes o valor do benefício.

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e observado o disposto no inciso X do art. 41, e no inciso XV e parágrafo único do art. 42 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, torna público que em sua 242ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2017, resolveu:

Art. 1º Recomendar ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social -



INSS, nos termos da competência definida nos incisos II e VI do art. 58 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008:

[...]

II - a redução do limite da reserva de margem consignável para o pagamento de amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito e para a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito, para 1,40 vezes o valor do benefício previdenciário”.

Todas as operações de crédito são realizadas DENTRO do limite estabelecido, o qual possui como base os rendimentos apresentados pelo pensionista no momento da adesão, e também, os controles realizados pelas próprias processadoras, as quais, sistemicamente não permitem que a concessão do crédito seja superior ao limite estabelecido.

Ademais, todo e qualquer juro somente será aplicado caso a autora realize compras ou saques, optando pela não quitação do saldo devedor integral indicado em fatura.

OPTANDO O CONSUMIDOR PELO PAGAMENTO INTEGRAL DA FATURA, ALÉM DO DESCONTO MÍNIMO INDICADO (RMC), ESTARÁ OBSTADA A INCIDÊNCIA DE JUROS/ENCARGOS SOBRE O SALDO, OU SEJA, SOMENTE NO MOMENTO EM QUE O OCORRE O FINANCIAMENTO DO SALDO NASCE A APLICAÇÃO DE TAXA DE JUROS ROTATIVOS AO CONTRATO, AS QUAIS SERÃO AQUELAS VIGENTES NO MOMENTO DO REFINANCIAMENTO DO SALDO, DE ACORDO COM AS REGRAS DO ÓRGÃO DO PENSIONISTA/APOSENTADO.

De toda sorte, trata-se de produto cujas taxas praticadas são definitivamente inferiores à de seus pares, cartões convencionais, que sob qualquer ângulo que se analise não traz vantagem manifestamente excessiva ao consumidor, conforme pretende arguir a autora, dispondo de prerrogativas para quitação da dívida



contraída seja pela forma de pagamento integral, seja pela forma de crédito rotativo, que certamente terá taxa inferior ao cartão de crédito, crédito pessoal ou cheque especial.

Importante ressaltar que no momento da adesão ao cartão, o consumidor é claramente cientificado da **TAXA VIGENTE**, bem como declara estar ciente e de acordo com a taxa percentual incidente.

Em que pese a taxa de juros do cartão consignado ser relativamente superior ao empréstimo consignado, TAIS PRODUTOS SÃO DISTINTOS E REFERIDA COMPARAÇÃO NÃO É ADEQUADA.

A taxa de juros do cartão de crédito consignado somente poderia ser comparada frente ao cartão de crédito convencional, o qual pode chegar à 15% a.m., por se tratar de produtos verdadeiramente similares.

Assim, para justa comparação, imperioso considerar que a taxa média atual do cartão consignado (de 3 a 4% a.m.), sendo **expressamente inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional**, que pode chegar à mais de 15% a.m., conforme facilmente se verifica junto ao Banco Central.

De toda sorte, insta salientar que, somente serão acrescidos juros, se o cliente utilizar do limite de crédito, através de compras/saques, sendo este computado a partir de sua utilização até o vencimento da próxima fatura, podendo o consumidor adimpli-la integralmente em seu vencimento.

Assim, somente incidirão os juros/encargos rotativos determinados pelo Órgão se por **OPÇÃO** da autora, este financiar o saldo (não liquidar integralmente a fatura).

DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA APENAS COM DESCONTOS DE RMC



Com relação a afirmação de que seria impossível a quitação do saldo devedor através dos descontos mínimos (abatendo somente juros e encargos), tornando supostamente impossível a quitação do cartão de crédito consignado, novamente restará comprovado que tal afirmação não procede.

Como forma de demonstrar matematicamente que, os descontos mínimos (RMC) realizados mensalmente sob o benefício do cliente seriam suficientes para liquidação integral do débito, segue anexo **SIMULAÇÃO** de contratação:

MARGEM	67,52
PRE-SAQUE	1.329,00

** Trata-se de simulação e pode sofrer alteração ou apresentar pequenas diferenças.

VCTO	Saque Inicial	Pré-Saque/T elesques	Compras/ Saques ex eletr	Encargos	IOF Adicional	IOF Diário	Tarifa de Saque	Estornos Créditos	Pagto Avulso	Desc. Folha	Demais Débitos	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. descontos em folha baixado até o Vencimento
10/04/2016	0,00	1.329,00	0,00	37,21	5,05	2,72	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.388,98	0
10/05/2016	1.388,98	0,00	0,00	46,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.435,64	0
10/06/2016	1.435,64	0,00	0,00	47,84	5,27	2,37	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.433,68	1
10/07/2016	1.433,68	0,00	0,00	46,23	0,00	3,50	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.425,97	2
10/08/2016	1.425,97	0,00	0,00	47,50	0,00	3,36	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.419,39	3
10/09/2016	1.419,39	0,00	0,00	47,28	0,00	3,47	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.412,70	4
10/10/2016	1.412,70	0,00	0,00	45,53	0,00	3,45	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.404,24	5
10/11/2016	1.404,24	0,00	0,00	46,75	0,00	3,33	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.396,88	6
10/12/2016	1.396,88	0,00	0,00	44,99	0,00	3,41	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.387,84	7
10/01/2017	1.387,84	0,00	0,00	46,18	0,00	3,27	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.379,85	8
10/02/2017	1.379,85	0,00	0,00	45,91	0,00	3,37	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.371,69	9
10/03/2017	1.371,69	0,00	0,00	41,21	0,00	3,35	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.358,81	10
10/04/2017	1.358,81	0,00	0,00	45,18	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.349,55	11
10/05/2017	1.349,55	0,00	0,00	39,53	0,00	3,29	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.334,93	12
10/06/2017	1.334,93	0,00	0,00	40,39	0,00	3,15	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.321,03	13
10/07/2017	1.321,03	0,00	0,00	38,66	0,00	3,23	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.305,48	14
10/08/2017	1.305,48	0,00	0,00	39,45	0,00	3,09	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.290,58	15
10/09/2017	1.290,58	0,00	0,00	38,99	0,00	3,17	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.275,30	16
10/10/2017	1.275,30	0,00	0,00	37,26	0,00	3,14	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.258,26	17
10/11/2017	1.258,26	0,00	0,00	37,96	0,00	2,98	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.241,76	18
10/12/2017	1.241,76	0,00	0,00	35,52	0,00	3,04	0,00	0,00	0,00	-57,44	5,00	1.227,88	19
10/01/2018	1.227,88	0,00	33,92	36,28	0,00	2,91	0,00	0,00	0,00	-57,44	5,00	1.248,55	20
10/02/2018	1.248,55	0,00	213,39	36,92	0,00	2,96	0,00	0,00	0,00	-57,44	5,00	1.449,38	21
10/03/2018	1.449,38	0,00	125,71	38,96	0,07	2,98	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.559,66	22
10/04/2018	1.559,66	0,00	46,23	46,56	0,76	3,03	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.598,80	23
10/05/2018	1.598,80	0,00	46,23	46,23	0,41	3,73	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.637,96	24
10/06/2018	1.637,96	0,00	0,00	48,98	0,14	3,75	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.633,39	25
10/07/2018	1.633,39	0,00	0,00	47,27	0,14	3,87	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.622,41	26
10/08/2018	1.622,41	0,00	0,00	48,65	0,00	3,87	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.622,41	27
10/09/2018	1.622,41	0,00	0,00	48,50	0,00	3,97	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.617,44	28
10/10/2018	1.617,44	0,00	0,00	46,79	0,00	3,96	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.610,75	29
10/11/2018	1.610,75	0,00	0,00	48,14	0,00	3,81	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.605,26	30
10/12/2018	1.605,26	0,00	0,00	46,42	0,00	3,93	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.598,17	31
10/01/2019	1.598,17	0,00	0,00	47,75	0,00	3,78	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.592,26	32
10/02/2019	1.592,26	0,00	0,00	47,56	0,00	3,90	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.586,28	33
10/03/2019	1.586,28	0,00	0,00	42,80	0,00	3,88	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.575,52	34
10/04/2019	1.575,52	0,00	0,00	47,04	0,00	3,50	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.568,62	35
10/05/2019	1.568,62	0,00	0,00	45,32	0,00	3,85	0,00	0,00	0,00	-57,44	0,00	1.560,35	36
10/06/2019	1.560,35	0,00	0,00	46,35	0,00	3,89	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.545,76	37
10/07/2019	1.545,76	0,00	0,00	44,42	0,00	3,79	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.529,34	38
10/08/2019	1.529,34	0,00	0,00	45,39	0,00	3,63	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.513,73	39
10/09/2019	1.513,73	0,00	0,00	44,91	0,00	3,72	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.497,73	40
10/10/2019	1.497,73	0,00	0,00	42,47	0,00	3,67	0,00	-17,07	0,00	-64,63	0,00	1.462,17	41
10/11/2019	1.462,17	0,00	0,00	43,32	0,00	3,48	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.444,34	42
10/12/2019	1.444,34	0,00	0,00	41,38	0,00	3,55	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.424,64	43
10/01/2020	1.424,64	315,00	0,00	57,58	1,19	4,65	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.738,43	44
10/02/2020	1.738,43	0,00	0,00	51,88	0,00	3,45	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.729,13	45
10/03/2020	1.729,13	0,00	0,00	48,26	1,19	4,01	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.717,96	46
10/04/2020	1.717,96	0,00	0,00	51,25	0,00	3,95	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.708,53	47
10/05/2020	1.708,53	0,00	0,00	44,37	0,00	4,19	0,00	0,00	0,00	-64,63	0,00	1.692,46	48
10/06/2020	1.692,46	0,00	0,00	45,32	0,00	4,02	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.674,28	49
10/07/2020	1.674,28	0,00	0,00	43,36	0,00	4,13	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.654,25	50
10/08/2020	1.654,25	0,00	0,00	44,25	0,00	3,94	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.634,92	51
10/09/2020	1.634,92	0,00	0,00	43,71	0,00	4,03	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.615,14	52
10/10/2020	1.615,14	0,00	0,00	41,77	0,00	3,98	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.598,37	53
10/11/2020	1.598,37	0,00	0,00	42,55	0,00	3,79	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.572,19	54
10/12/2020	1.572,19	0,00	0,00	40,61	0,00	3,88	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.549,16	55
10/01/2021	1.549,16	0,00	0,00	41,32	0,00	3,70	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.526,66	56
10/02/2021	1.526,66	0,00	0,00	40,69	0,00	3,76	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.503,59	57
10/03/2021	1.503,59	0,00	0,00	36,17	0,00	3,70	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.475,94	58
10/04/2021	1.475,94	0,00	0,00	39,27	0,00	3,29	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.450,98	59
10/05/2021	1.450,98	0,00	0,00	37,33	0,00	3,58	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.424,37	60
10/06/2021	1.424,37	0,00	0,00	37,84	0,00	3,40	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.398,09	61
10/07/2021	1.398,09	0,00	0,00	35,91	0,00	3,45	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.369,93	62
10/08/2021	1.369,93	0,00	0,00	36,32	0,00	3,28	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.342,01	63
10/09/2021	1.342,01	0,00	0,00	35,54	0,00	3,31	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.313,34	64
10/10/2021	1.313,34	0,00	0,00	33,62	0,00	3,24	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.282,68	65
10/11/2021	1.282,68	0,00	0,00	33,88	0,00	3,07	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.252,11	66
10/12/2021	1.252,11	0,00	0,00	31,96	0,00	3,09	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.219,64	67
10/01/2022	1.219,64	0,00	0,00	32,12	0,00	2,92	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.187,16	68
10/02/2022	1.187,16	0,00	0,00	31,22	0,00	2,94	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.153,80	69
10/03/2022	1.153,80	0,00	0,00	27,35	0,00	2,84	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.116,47	70



10/04/2022	1.116,47	0,00	0,00	29,25	0,00	2,51	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.080,71	71
10/05/2022	1.080,71	0,00	0,00	27,34	0,00	2,69	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.043,22	72
10/06/2022	1.043,22	0,00	0,00	27,20	0,00	2,51	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	1.005,41	73
10/07/2022	1.005,41	0,00	0,00	25,30	0,00	2,50	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	965,69	74
10/08/2022	965,69	0,00	0,00	25,04	0,00	2,31	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	925,52	75
10/09/2022	925,52	0,00	0,00	23,92	0,00	2,29	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	884,21	76
10/10/2022	884,21	0,00	0,00	22,03	0,00	2,19	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	840,91	77
10/11/2022	840,91	0,00	0,00	21,56	0,00	2,01	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	796,96	78
10/12/2022	796,96	0,00	0,00	19,67	0,00	1,98	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	751,09	79
10/01/2023	751,09	0,00	0,00	19,05	0,00	1,80	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	704,42	80
10/02/2023	704,42	0,00	0,00	17,75	0,00	1,76	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	656,41	81
10/03/2023	656,41	0,00	0,00	14,82	0,00	1,64	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	605,35	82
10/04/2023	605,35	0,00	0,00	14,99	0,00	1,38	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	554,20	83
10/05/2023	554,20	0,00	0,00	13,12	0,00	1,40	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	501,20	84
10/06/2023	501,20	0,00	0,00	12,08	0,00	1,21	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	446,97	85
10/07/2023	446,97	0,00	0,00	10,23	0,00	1,12	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	390,80	86
10/08/2023	390,80	0,00	0,00	9,00	0,00	0,96	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	333,24	87
10/09/2023	333,24	0,00	0,00	7,39	0,00	0,85	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	273,96	88
10/10/2023	273,96	0,00	0,00	5,55	0,00	0,69	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	212,68	89
10/11/2023	212,68	0,00	0,00	4,03	0,00	0,52	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	149,71	90
10/12/2023	149,71	0,00	0,00	2,20	0,00	0,38	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	84,77	91
10/01/2024	84,77	0,00	0,00	0,46	0,00	0,22	0,00	0,00	0,00	-67,52	0,00	17,93	92
10/02/2024	17,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	-17,93	0,00	0,07	93
10/03/2024	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,07	0,00	0,00	94

Conforme simulação acima, o desconto mínimo mensal de R\$ 67,52 sofrido pela parte autora, através de desconto direto no benefício (RMC), liquidaria seus débitos após **94** descontos consecutivos, sem que o mesmo tivesse realizado nenhum pagamento complementar via fatura.

Ou seja, os valores descontados mensalmente da autora no percentual de 5% de seu rendimento NÃO RECAEM SOMENTE SOBRE JUROS E ENCARGOS como indica a peça inicial, restando evidenciada a devida AMORTIZAÇÃO do principal a cada pagamento, tornando POSSÍVEL A LIQUIDAÇÃO DO DÉBITO SEM NENHUM APOORTE COMPLEMENTAR POR PARTE DA AUTORA, baseado somente no PAGAMENTO MÍNIMO.

Necessário frisarmos, entretanto, que a referida planilha é apenas uma simulação, havendo nova utilização do cartão para saques, compras ou despesas pessoais, haverá alteração do saldo devedor.

Assim, resta exemplificado a efetiva possibilidade de liquidação do cartão consignado apenas com os descontos de RMC.

DA ALEGAÇÃO DE IMOBILIZAÇÃO DO CRÉDITO

Em relação à alegação da autora de que o cartão de crédito consignado acarreta a “imobilização do crédito”, sob o argumento de que o comprometimento da RMC impede ou diminui a margem de outros empréstimos, **cabe referir que a reserva de**



margem empréstimos que queira a parte Requerente tomar consignável (RMC) não se comunica com a margem para empréstimos.

Destacamos, nesse sentido, que a Lei nº 10.820/2003 dispõe que os descontos para pagamento podem se dar em empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil até 35% sobre os benefícios pagos pelo INSS – **dos quais 5% (cinco por cento) destinam-se, exclusivamente, à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou à utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito (art. 6º, § 5º, I e II).**

*Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, **valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito** e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, **quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.***

*§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, **sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:***
I - A amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;
ou
II - A utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.
(grifos nossos)

Ainda, na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28, de 16 de maio de 2008, consta expressamente em seu art. 03º que os aposentados e pensionistas poderão comprometer até 35% do valor da renda mensal, dos quais 30% para empréstimo pessoal



e 5% para operações de cartão de crédito. Vejamos:

Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que:

§ 1º Os descontos de que tratam o caput não poderão exceder o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor da renda mensal do benefício, considerando que o somatório dos descontos e/ou retenções não exceda, no momento da contratação, após a dedução das consignações obrigatórias e voluntárias: (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 80, de 14/08/2015)

I - até 30% (trinta por cento) para as operações de empréstimo pessoal; e (Incluído pela IN INSS/PRES nº 80, de 14/08/2015)

II - até 5% (trinta por cento) para as operações de cartão de crédito.
(grifos nossos)

Não há, portanto, que se falar em imobilização creditícia, haja vista que tal percentual não poderia ser aproveitado a outra modalidade de crédito.

DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Convém esclarecer que o cartão de crédito consignado trata-se de nova modalidade de crédito, autorizada pela Lei nº 13.172/2015 e aprovada no ano de 2015 pelo Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, através do qual é possível realizar despesas e saques por meio do cartão de crédito consignado.

Vejamos o que determina a Lei nº 13.172/2015:

Art. 1º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as



seguintes alterações:

“Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

*I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou
II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.”*

*“Art. 6º **Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar,** de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.*

*§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:*

***I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;**
ou*



II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Existe, pois, diferenças entre EMPRÉSTIMO e CARTÃO DE CRÉDITO e não se pode exigir que seus contornos operacionais fossem idênticos.

No empréstimo, é contratada a disponibilização de um montante específico, a ser adimplido em um número pré-determinado de parcelas com valor fixo, estipulando-se a data exata do início e término dos descontos.

Por seu turno, a essência do cartão de crédito é conceder ao seu titular a possibilidade de adimplir todas as operações realizadas ao longo de um período de apuração em uma única data futura. Então, as obrigações contratadas por meio do cartão de crédito são, em regra, de execução diferida, importando apenas na concessão de prazo para pagamento e não em um parcelamento.

Daí porque o percentual máximo reservado por lei para amortização das faturas. Vide o artigo 1º da Lei nº 10.820/2003:

§1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito

Isso posto, o consumidor tem as seguintes alternativas diante da fatura recebida:

[1] REALIZA A LIQUIDAÇÃO INTEGRAL DO SALDO DEVEDOR: há a imediata



quitação das operações de crédito contratadas, sem a incidência de juros;

[2] REALIZA A LIQUIDAÇÃO PARCIAL DO SALDO DEVEDOR: sobre o valor inadimplido incidirão juros e o montante recalculado será apresentado para pagamento no mês subsequente, por meio do envio de nova fatura, que oportunizará a quitação integral.

[3] NÃO REALIZA QUALQUER LIQUIDAÇÃO: inexistindo amortização voluntária do débito, em acréscimo ao valor mínimo já consignado em folha, o saldo remanescente será recalculado para pagamento no mês seguinte, com a incidência de juros. A nova fatura enviada oportunizará o pagamento integral do valor refinanciado.

LOGO, A RESERVA DE MARGEM CONSIGNADA NÃO É INDEVIDA, TAMPOUCO “IMPAGÁVEL”.

Perceba, Excelência, que não se trata de operação financeira com parcelas e prazo estabelecido, porquanto pode haver pagamento além do mínimo, o que altera o saldo devedor.

Portanto, quanto à natureza jurídica do cartão de crédito consignado, pode-se concluir que:

- ✓ O contrato de cartão consignado tem equivalência ao cartão convencional e somente na hipótese de não pagamento, acontece a aplicação dos juros rotativos.
- ✓ O cliente recebe a fatura, podendo: **(i) realizar o pagamento integral** da fatura (a qual está sem juros); **(ii) pode realizar pagamento parcial** (entre o valor total e o mínimo descontado, onde somente o remanescente terá aplicação dos juros rotativos); **(iii) ou pode ficar inerte** (única hipótese onde o saldo devedor vai ser revisado).
- ✓ Assim, a faculdade é do consumidor, **não tendo como o banco**



indicar no termo de adesão datas iniciais ou finais para pagamento do débito.

✓ **Ao realizar o saque de valores através do cartão, este não é saque parcelado, ou seja, deve ser adimplido na próxima fatura. Ou seja, não é empréstimo.**

✓ O banco espera que a data final para pagamento do saque seja a próxima fatura, de modo que não é possível saber de antemão se o consumidor optará por pela quitação integral ou refinanciamento do saldo, o que, nesse caso, torna impossível a indicação de prazo de quitação.

✓ Quanto à taxa de juros, quando o consumidor adere ao cartão de crédito consignado, ele está aderindo uma possibilidade de reserva da margem, ou seja, naquele momento não existe débito a ser corrigido para fixação da taxa de juros. As compras e saques podem não ser feitos no momento da contratação. Assim, também **não é possível saber de antemão se o consumidor irá utilizar o cartão e qual será a taxa vigente no período, é impossível indicar qual será a taxa de juros, a qual varia de acordo com o período.**

✓ A taxa somente será aplicada se o consumidor não realizar a quitação da fatura, optando por refinarciar o saldo.

✓ Não existe equiparação entre as taxas de cartão comum e cartão consignado, pois os produtos divergem.

✓ Ademais, ao longo do tempo, as instituições financeiras revisaram sua forma de contratação, para separar as adesões de cartões por instrumento apartado, demonstrando ciência à operação.

✓ Não há desconhecimento, quando, além da contratação do saque, o consumidor fez compras, casos em que deverá ser paga sua fatura integralmente para que não se ocorra a aplicação dos juros rotativos.

DA LEGALIDADE DO CONTRATO



Ao contrário do que a parte autora alega, o contrato em tela é lícito, uma vez que tal ato jurídico, de acordo com artigos 104 do CC, possui agentes capazes, objeto lícito, possível, determinado, forma prescrita ou não defesa em lei.

Para a alteração de um contrato, o artigo 138 impõe a necessidade de verificação de *“declaração da vontade emanada de erro substancial perceptível por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio”*.

IN CASU, ENTRETANTO, FORAM PRESTADAS INFORMAÇÕES CORRETAS, CLARAS, PRECISAS E OSTENSIVAS À PARTE AUTORA, HAVENDO DESTAQUE DO TIPO DE MODALIDADE CONTRATADA (CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO), QUE APARECE EM NEGRITO E COM LETRAS GARRAFAS NO INSTRUMENTO CONTRATUAL FIRMADO.

Assim, sob qualquer ângulo que se analise a questão, é possível observar que o Banco Daycoval cumpre integralmente com o disposto nas legislações que norteiam o produto, bem como com os termos do que preceitua os arts. 6º, inciso II e IV e 31, do Código de Defesa do Consumidor, além da Instrução Normativa 28 e Código Civil e Processo Civil, garantindo a seus clientes informações seguras, adequadas, claras, precisas, ostensivas sobre suas características, qualidades, quantidades, valores.

Todas as obrigações sempre foram de pleno conhecimento da parte autora quando contratou.

Nesse sentido, recentes decisões:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RELAÇÃO CONSUMERISTA. CONTRATO CELEBRADO COM BENEFICIÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **DESPESAS ALÉM DO SAQUE AUTORIZADO. CARTÃO DESBLOQUEADO E UTILIZADO. DANOS MORAIS**



NÃO CONFIGURADOS. REPETIÇÃO EM DOBRO. IMPOSSIBILIDADE. MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. SENTENÇA MANTIDA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS EM SEDE RECURSAL. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR, 13ª C. Cível, 0032093-26.2018.8.16.0014, Rel. Victor Martim Batschke, j. 18.09.2019).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C.C. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. ‘TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO’.

CONTRATO QUE NÃO SE CONFUNDE COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.

AFRONTA AO DEVER DE INFORMAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONTRATO

REDIGIDO DE FORMA CLARA E PRECISA. INSATISFAÇÃO DO

CONTRATANTE QUE NÃO JUSTIFICA A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO

CONTRATO CARTÃO DE CRÉDITO PELO AUTOR. DEMONSTRAÇÃO. dano

moral e repetição do indébito indevidos. MANIFESTAÇÃO EXPRESSA SOBRE DISPOSITIVOS LEGAIS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. MEDIDA DESNECESSÁRIA. MATÉRIA APRECIADA. embargos REJEITADOS. Inexistindo vícios no v.

Acórdão embargado, os Embargos Declaratórios não comportam provimento, ainda que opostos com a finalidade de prequestionamento. Embargos de Declaração rejeitados” (TJPR - 15ª C.Cível - 0024479-52.2018.8.16.0019 - Ponta Grossa - Rel.: Desembargador Jucimar Novochadlo - J. 28.08.2019).

O artigo 145 do Código Civil prevê a anulabilidade dos negócios jurídicos que tiverem “*causa eivada de dolo*”. Em seu artigo 151 há previsão da “*coação*” como vício contratual.

A parte autora estava livre para pactuar e o fez movida pelo seu ânimo!!!



O artigo 157 do mesmo ordenamento prevê a ocorrência da “*lesão*”; tal se constitui “*quando uma pessoa, por premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se à prestação que não guarde correspondente contrapartida*”. Também não se aplica ao contrato sub judice. A parte autora contratou com ampla segurança, sabendo de sua contrapartida e assumindo, livremente, suas obrigações.

Tanto a “*fraude contra credores*”, artigo 158, quanto “*invalidade*” (*nulidade*) dos negócios jurídicos, artigo 166, não tem aplicabilidade ao contrato. Enfim, não há motivo para a revisão do contrato.

O Princípio da Boa-fé Objetiva, fundamentado nos artigos 6º, inciso IV e 51, inciso IV do Diploma Consumerista, deve ser observado como uma via de “mão dupla” em que contratante e contratado devem guardar respeito e fidelidade mútua.

Assim, clara está a inexistência de qualquer abuso por parte da instituição Ré ao contratar com a parte autora, tendo esta o devido e prévio conhecimento de todas as condições pactuadas.

DO PEDIDO PARA CANCELAMENTO DOS DESCONTOS

Conforme se observa dos documentos juntados, a parte autora, de forma espontânea, autorizou os descontos das prestações contraídas diretamente de seus vencimentos mensais.

DESSE MODO, DEVE RESTAR INVIABILIZADA A INTERVENÇÃO JUDICIAL PARA O CANCELAMENTO DOS DESCONTOS REFERENTE AO CONTRATO CELEBRADOS ENTRE AS PARTES, PORQUANTO NÃO HÁ EXISTÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO PREVISTOS EM LEI, MERECENDO MANUTENÇÃO DOS DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, AUTORIZADOS PELA PARTE AUTORA, SOB PENA DE CONFIGURAR ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO.



A relação que a parte autora pretende modificar não é tão simples como apresenta, **O DEMANDANTE RECEBEU VALORES FINANCIADOS E AGORA DESEJA DESOBRIGAR-SE SEM QUALQUER FUNDAMENTO PLAUSÍVEL A EMBASAR SUA PRETENSÃO.**

O artigo 5º da Constituição Federal tutela o ato jurídico perfeito, como o caso dos autos, em que os firmado com o Banco Daycoval sempre esteve revestido de todas as formalidades legais, necessárias e suficientes para garantir os requisitos basilares da certeza, exigibilidade e exectoriedade de cada instrumento.

DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO

No que tange ao pedido de repetição de indébito este não poderá prosperar. Na esteira do que já foi repisado até o momento, diante de fatos que demonstram a legalidade do contrato celebrado entre as partes, mostra-se absolutamente sem propósito a pretensão da inicial de pedir a repetição de indébito, com base no parágrafo único do artigo 42 do CDC.

NA HIPÓTESE DOS AUTOS, RESTA EVIDENTE QUE NÃO HAVENDO CULPA, DOLO OU MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, QUE APENAS CUMPRE COM O CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, NÃO HÁ FALAR EM DEVOLUÇÃO EM DOBRO.

Ademais, toda e qualquer cobrança efetuada pelo Réu sempre se mostrou amparada pela lei e pelo contrato firmado pela parte.

Todos os requisitos necessários para validade dos atos jurídicos, como antes ressaltados já se encontram presentes no contrato, no entanto, não há que se falar em repetição, restituição ou compensação.



DA INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL

Não merece prosperar o pedido de indenização formulado pela parte autora, tendo em vista não ter havido falha na prestação do serviço pelo réu.

Conforme restou demonstrado, a Instituição Financeira agiu dentro do seu exercício regular de direito, ao efetuar referida cobrança, a qual encontra respaldo na legislação vigente, obedecendo as normas e regulamentos do Banco Central, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Não houve, portanto, ato ilícito, mas apenas exercício regular de direito (art. 188, I, CC) do Banco ao descontar as parcelas relativas ao contrato firmado regularmente pelas partes.

Ademais, em momento algum ao longo de sua inicial a parte autora demonstra ter sofrido qualquer constrangimento, ou estar na iminência de sofrê-lo.

Dano moral, notadamente, é aquele que atinge bens personalíssimos da vítima, tais como honra, liberdade, saúde, integridade psicológica, causando-lhe dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação e que, de forma anormal, interfiram no comportamento psicológico do indivíduo.

Ou seja, o mero aborrecimento, dissabor, mágoa ou irritação estão fora da órbita do dano moral e se trata de aborrecimento da vida diária.

Não obstante, necessária a efetiva comprovação do dano, cabendo a parte que alega produzir a prova do mesmo na forma do artigo 373, I, do Novo CPC. A PARTE AUTORA SEQUER COMPROVA O SUPOSTO DANO QUE TERIA SOFRIDO.

Não há provas nos autos de que a conduta do réu tenha tomado maiores



proporções, inexistindo nesta lide elementos que demonstrem que o evento tenha ferido, de forma intensa, a esfera moral da parte autora, ou que tenha causado algo além do mero aborrecimento, apto a ensejar a pretendida reparação.

Neste sentido esta r. Corte:

APELAÇÃO CÍVEL (RÉU). AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. **CARTÃO DE CRÉDITO - RMC. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA. PACTUAÇÃO EXPRESSA. DESCONTOS LEGÍTIMOS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO INDEVIDA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA REFORMADA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL.** INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA, RESSALVADA A JUSTIÇA GRATUITA. 'A MERA INSATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR DIANTE DE ESPÉCIE CONTRATUAL DIVERSA DA QUE BUSCAVA FIRMAR NÃO AUTORIZA A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO, TAMPOUCO CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.' (TJPR - 15ª C.Cível - 0051024-48.2016.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Jucimar Novochadlo - J. 05.12.2018). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (TJPR - 15ª C.Cível - 0028433-24.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Desembargador Shiroshi Yendo - J. 21.08.2019 (TJPR - 14ª C.Cível - AC - 1652222-2 - Curitiba - Rel.: Fernando Antonio Prazeres - Unânime - J. 07.06.2017)).

Portanto, não tendo a parte autora comprovado o efetivo sofrimento de um dano passível de indenização, descabido é o seu pleito indenizatório, sob pena de incentivar a banalização do dano moral.

DO QUANTUM INDENIZATÓRIO



Em atenção ao princípio da eventualidade, ainda que se considere a ocorrência de um suposto dano moral – o que não se acredita –, certo é que este não poderá ser fixado sob os parâmetros pretendidos na inicial, pois a reparação não pode gerar um enriquecimento sem causa de quem a pleiteia.

A fixação de eventual indenização deve respeitar os parâmetros de razoabilidade, sem abusos e exageros.

Excelência, o enorme volume de ações judiciais que engrossam a estatística do número de processos a alegar “*não terem contratado cartão consignado, mas sim empréstimo consignado*” são motivadas - principalmente - pelo vantagem econômica trazida pelas indenizações por danos morais, em valores vultuosos, que na maioria dos casos, superam o próprio valor dos contratos em discussão.

Deste modo, caso haja fixação em danos morais, o que não se acredita, deve ser levado em conta a extensão do dano, nos termos do art. 944 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

Neste sentido o entendimento do STJ:

*RECURSO ESPECIAL. 1. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **INDENIZAÇÃO EXCESSIVA. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. PRECEDENTES. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 2. JUROS DE MORA. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. 3. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp nº 1532945/SC, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, julgado em***



19/08/2015)

Diante do exposto, no caso de eventual condenação, o que não se acredita, e em atenção ao disposto no artigo 944 do Código Civil, requer que o valor a título de indenização por danos morais seja fixado de forma justa e equitativa, pautado nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a evitar o enriquecimento injustificado da parte autora e a indústria de indenizações que assoberba o Judiciário.

DA RESPONSABILIDADE DA PARTE POR DANO PROCESSUAL

Diante do caso em tela, entende o Réu que as razões acima servem, inicialmente, para alertar a este MM. Juízo acerca de demandas indenizatórias como a presente, suscitando fatos e danos visivelmente inexistentes, tendo em vista locupletar-se indevidamente do patrimônio do Banco Daycoval.

No caso em tela, A AUTORA DESBLOQUEOU O CARTÃO E UTILIZOU O PLÁSTICO PARA COMPRAS E DESPESAS PESSOAIS, conforme se demonstrou através das faturas.

CHIOVENDA já dizia que agir de modo temerário é agir afoitamente, de forma açodada e anormal, TENDO PLENA CONSCIÊNCIA DO INJUSTO, DE QUE NÃO TEM RAZÃO, COMO NO CASO DA AUTORA.

Houve violação do art. 77 do CPC, eis que a parte autora não expõe os fatos conforme a verdade, pois oculta informações relevantes, tais como compras, saques e pagamento de faturas.

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:



I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;

Visando coibir as chamadas “aventuras processuais”, que o Novo CPC, em seu artigo 79 e seguintes, prevê multa pela litigância de má fé, *in verbis*:

Art. 79. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - alterar a verdade dos fatos;

III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

VI - provocar incidente manifestamente infundado;

VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

E o presente incidente, trata-se, inequivocamente, de demanda com incurso em, sobretudo, nos incisos II, III e VI do artigo 80 do Novo CPC.

Lamentavelmente, este incidente é uma verdadeira aventura jurídica, com o uso inconsequente dos instrumentos processuais, sendo, pois, perfeitamente viável a **condenação da parte autora às penalidades por litigância de má-fé.**



DO PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

A prova judiciária tem por finalidade convencer o juiz sobre a existência ou inexistência dos fatos controvertidos no processo. As provas são os meios destinados a conseguir tal escopo. Assim, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

A chamada inversão do ônus da prova, no Código de Defesa do Consumidor, está no contexto da facilitação da defesa dos direitos do consumidor... Isso quer dizer que não é automática a inversão do ônus da prova. Ela depende de circunstâncias concretas que serão apuradas pelo juiz no contexto da facilitação dos direitos do consumidor.

Portanto, os casos postos a juízo devem ser bem examinados e observadas para verificar a presença dos requisitos necessários que autorizem a inversão do ônus da prova, os quais não estão presentes no caso em tela.

NÃO É DEMAIS ASSEVERAR QUE, EMBORA A RECLAMANTE PEÇA O DEFERIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NÃO SE VISLUMBRA A NECESSIDADE – TAMPOUCO A POSSIBILIDADE – DE APLICAR O DISPOSITIVO SUPRAMENCIONADO NO CASO EM COMENTO. ISTO PORQUE **A PROVA DO VÍCIO DE CONSENTIMENTO, POR FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA PARTE AUTORA, É ÔNUS QUE LHE INCUMBE.**

Assim, diante da desnecessidade de inversão, requer-se a aplicação da regra geral de distribuição do ônus da prova prevista no art. 373 do CPC.

DA EVENTUAL ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em que pese a vasta argumentação e documentos ora apresentados, V. Exa. entenda pela nulidade da contratação via cartão consignado, há que se reconhecer



que, seja via cartão ou empréstimo, a parte autora solicitou valores ao banco réu, sendo seu dever adimplir com estes valores.

Assim, caso se entenda pela conversão/readequação do contrato de cartão para empréstimo consignado, o que não se acredita, requer-se, então, seja determinado ao banco réu, o recálculo dos valores utilizados pela parte autora (saques/compras) com a taxa de juros de empréstimo consignado da época da utilização, abatendo-se sobre este montante os valores já descontados da mesma.

Havendo saldo devedor ao banco réu, que este seja parcelado no mesmo valor da RMC atualmente disponível, sendo mantida a forma de pagamento via desconto em folha no percentual de 5%, afim de garantir do adimplemento da quantia residual e após a liquidação, seja sua margem liberada.

Vale ressaltar que, qualquer decisão que acolha o pedido autoral, sem garantir ao banco réu o recebimento das quantias concedidas a parte autora representará enriquecimento ilícito, bem como eventual determinação de exclusão da RMC, antes do adimplemento total dos valores, levará à efetiva inadimplência da parte autora, uma vez que a consignação dos valores é única forma de garantia de adimplemento e manutenção das baixas taxas de juros à estas modalidades de crédito.

Retirar o direito de desconto via RMC em nada acolhe o pedido autoral, posto que, se a autora pensava estar contratando um empréstimo consignado, deve ao menos pagar sua dívida por meio de descontos em folha.

Se esta forma de pagamento vier a ser excluída, V. Exa. em verdade, estará transformando referido contrato em CRÉDITO PESSOAL, o qual, nunca possuiria as taxas de juros aplicadas ao CONSIGNADO.

DA COMPENSAÇÃO



Nos termos do que já fora defendido anteriormente, o Réu cumpriu com o ônus que lhe cabia, disponibilizando os valores em favor da parte autora.

Entretanto, caso Vossa Excelência entenda por dar procedência aos pedidos da Autora, o que não se acredita, necessário se faz a **COMPENSAÇÃO/DEVOLUÇÃO AO RÉU DOS VALORES DISPONIBILIZADOS À AUTORA (R\$ 1.329,00 E R\$ 315,00), BEM COMO OS VALORES UTILIZADOS PARA COMPRAS E DESPESAS PESSOAIS, DEVIDAMENTE CORRIGIDOS E ATUALIZADOS.**

DA CONCLUSÃO

Considerando que não há qualquer irregularidade na operação firmada entre as partes, que os valores foram disponibilizados pelo réu e que todas as informações acerca da operação foram prestadas à parte autora, de forma clara e ostensiva – com a qual anuiu a parte autora –, requerer a improcedência da ação, conforme pedidos elencados a seguir.

DOS REQUETRIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, **REQUER**:

A) A improcedência de todos os pedidos formulados pela parte autora, ante a regular contratação do empréstimo formulado entre as partes;

B) Seja condenada a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios;

C) **A condenação da parte autora às penalidades por litigância de má-fé.**



D) O indeferimento do pedido de inversão do ônus da prova;

E) Entretanto, caso vossa excelência entenda por dar procedência aos pedidos da autora, o que não se acredita, necessário se faz a compensação/devolução ao réu dos valores disponibilizados à autora, devidamente corrigidos e atualizados;

F) **Todavia, caso V. Exa. entenda por dar procedência a tal pedido para alterar o contrato para EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, REQUER sejam mantidos os descontos na MARGEM DO CARTÃO (5%), isso porque, na maioria dos casos, quando o Réu tenta averbar as parcelas no benefício, não há margem disponível para empréstimo consignado, o que levará, via de consequência, ao inadimplemento do contrato.**

DAS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS:

G) **SEJA AUTORIZADA A EXECUÇÃO DA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO**, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa.

H) A intimação da parte autora para que traga aos autos os extratos de sua conta bancária no BANCO SANTANDER, referente ao mês de MARÇO/2016, para comprovar o não recebimento do valor recebido de R\$ 1.329,00, bem como no BANCO BANCOOB, referente ao mês de NOVEMBRO/2019, para comprovar o não recebimento do valor recebido de R\$ 315,00;

I) Alternativamente, a expedição de ofício para:

BANCO SANTANDER, AGÊNCIA Nº 1296, PARA QUE INFORME SE A CONTA BANCÁRIA Nº 001005779-3 É DE TITULARIDADE DA PARTE AUTORA E SE HOUVE O CRÉDITO DE R\$ 1.329,00, EM MARÇO/2016;



BANCO BANCOOB, AGÊNCIA Nº 6044, PARA QUE INFORME SE A CONTA BANCÁRIA Nº 623996-0 É DE TITULARIDADE DA PARTE AUTORA E SE HOUE O CRÉDITO DE R\$ 315,00, EM NOVEMBRO/2019;

J) A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO INSS PARA QUE JUNTE O “HISTÓRICO DE CRÉDITO DETALHADO” REFERENTE À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO, OU SEJA, DO MÊS MARÇO/2016, BEM COMO PARA QUE INFORME QUAL A MARGEM AVERBADA NA ÉPOCA E SE A PARTE AUTORA AINDA POSSUÍA MARGEM CONSIGNÁVEL DISPONÍVEL, CONFORME ALEGA;

K) Requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, **EM ESPECIAL O DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**, sob pena de confissão.

REQUER, ainda, que todas as intimações e publicações sejam efetuadas, também, em nome do procurador **RONALDO GOIS ALMEIDA, OAB/RS 56.646, OAB/SC 36.689, OAB/PR 69.062, sob pena de nulidade**, na forma do artigo 272, §5º, do Novo CPC.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Porto Alegre, 26 de maio de 2020.

P.p. Ronaldo Gois Almeida

OAB/PR 69.062

